

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

opressão, desenvolve-se uma ira lúcida: a dos que resistem a deixar-se espoliar em benefício da lógica implacável dos especuladores.

Perante o descrédito dos partidos institucionais que têm dominado a democracia parlamentar instalada no país após a queda em 1975 do “regime dos coronéis”, associada a um clientelismo endêmico e a uma corrupção num grau extremo, sucedem-se as assembleias de democracia direta, as formas de desobediência civil, as primeiras experiências de autogestão, preludiando um sistema possível que, em nome do humano, rejeita a tirania dos mercados.

Ao mesmo tempo, a situação promove um cenário mais vasto, capaz de enquadrar novas possibilidades: o verdadeiro desafio não é já a preservação da identidade de um Estado mas, sim, a da Europa. Se todos os olhares se voltam para Atenas, para escapar à crise é necessário escolher a Europa que se quer reerguer. Nas ruas helénicas, como nas dos Estados que serão o cenário imediato da perda de soberania, tem lugar um combate pela construção de uma alternativa justa e democrática. A mais recente tragédia grega não passa pela derrocada da democracia como conceito, mas pela épica da sua refundação.

Rui Bebiano

Greve

A história da humanidade é pródiga em revoltas, motins e sublevações populares que exprimiam a desafeição dos despojados face à desigualdade e injustiça. As mais remotas poderão ser rastreadas até à revolta de Spartacus, na Roma Antiga; ou de artífices, no reinado do Faraó Ramsés III, cerca de 1200 a.C. A greve é, no entanto, genuinamente moderna, produto da emergência do modo de produção capitalista, em que a criação das condições de acumulação de capital estabeleceu a relação antagónica – capital/trabalho.

A palavra remonta a uma fonte Celta, *gravo*, origem do vocábulo francês *grève*, com o significado inicial de «terreno de cascalho à margem do mar/rio». Daí o topónimo *Place de Grève*, localizada numa das margens parisienses do Rio Sena, outrora lugar de (des)embarque de navios e, depois, praça de jorna e local de reunião de operários insatisfeitos. A Praça mudou de nome (1806), mas a palavra subsistiu no léxico com o significado de «estar de braços cruzados, parado, sem trabalhar». O termo inglês “*strike*” é contemporâneo deste e surge quando marinheiros, em apoio a manifestações ocorridas em Londres, removeram (“*struck*”) as velas dos navios aportados, impedindo-os de navegar (1768).

Greve é a cessação coletiva e voluntária do trabalho numa empresa, setor, categoria ou de toda a população trabalhadora com o propósito de obter benefícios e concessões. O único recurso, face à exploração e a condições desumanas de trabalho, era o de parar o trabalho, utilizando o seu poder de associação. É por isso que a relação greve-luta-negociação-sindicalismo é inseparável da constituição e ação do movimento operário, que procura limitar o mercado livre, desmercadorizar o trabalho e ampliar a cidadania social, parte integrante do repertório de ação coletiva enquanto o antagonismo capital/trabalho subsistir. Em Portugal, a primeira Lei da Greve surge com a 1.^a República (1910), revogada em 1927, renunciando o *Estado Novo*, e apenas legal e constitucionalmente reconhecida após o 25 de Abril de 1974.

Hugo Dias

Guerra

O imaginário histórico, político e cultural do Ocidente está dominado por um legado de conflito. Só no século XX assistimos a duas Guerras Mundiais, ao Holocausto, à Guerra Civil de Espanha, à Guerra do Vietname, às pouco narradas Guerras Coloniais europeias no sul e às mais recentes guerras na ex-Jugoslávia e na ex-União Soviética. *Nunca mais* ou *jamais poderemos esquecer* são expressões que associamos a declarações públicas nos momentos comemorativos destes eventos. Sobre este compromisso, a geração que viu a Europa em escombros no pós-Segunda Guerra sonhou-a como “sonho futuro”, como «manhã por vir / fronteiras sem cães de guarda, / nações com seu riso franco, / abertas de par em par», como escreveu o poeta Casais Monteiro, em 1946, e procurou criar uma Europa protegida do conflito bélico inerente à sua tendência ciclicamente suicidária. O mundo bipolar que saiu desta conjuntura, edificado sob o nome da Guerra Fria, levou à exportação do conflito para outras paragens, de que a guerra do Vietname é um dos primeiros exemplos.

Esta ordem planetária pós-Segunda Guerra, de que emerge uma Europa abalada, vai assumindo os Estados Unidos como ator principal do Ocidente, deixando a Europa fora da história e ensimesmada com os sonhos de prosperidade prometidos pela União Europeia. As várias intervenções internacionais, desde a primeira Guerra do Golfo até à intervenção no Iraque e Afeganistão, tiveram nos Estados Unidos o ator principal do Ocidente, coadjuvado pelo Reino Unido, e, nas várias guerras que foram eclodindo em África, a Europa